

SUMÁRIO

DIREITOS HUMANOS

1.	TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS	41
1.1.	CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS. DISTINÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS	41
1.2.	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DOS DIREITOS HUMANOS	41
1.3.	TIPOS DE DIREITOS HUMANOS	41
1.4.	FONTES DOS DIREITOS HUMANOS	42
1.5.	CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS	43
1.6.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS	45
1.7.	GERAÇÕES (OU DIMENSÕES) DOS DIREITOS HUMANOS	47
1.8.	A INTERPRETAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	48
2.	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (DIDH)	48
2.1.	PRECEDENTES HISTÓRICOS DO DIDH	48
2.2.	SISTEMA GLOBAL E SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	50
2.3.	MECANISMOS GLOBAIS CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	50
2.4.	A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS EM CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	51
2.5.	A EXECUÇÃO DE DECISÕES ORIUNDAS DE TRIBUNAIS INTERNACIONAIS NO BRASIL	52
2.6.	MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NO PLANO INTERNACIONAL	52

2.7.	SUBSIDIARIEDADE DA ATUAÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA RESPONSABILIZAÇÃO DOS ESTADOS PELA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PARA O RECEBIMENTO DAS DENÚNCIAS NO PLANO INTERNACIONAL	53
3.	O SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	54
3.1.	A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)	54
3.1.1.	A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH) DE 1948	54
3.1.2.	A DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS (“INTERNATIONAL BILL OF RIGHTS”) DE 1966. O PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP) E O PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)	55
3.2.	O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI)	57
3.3.	INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESPECÍFICOS DO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	58
3.3.1.	CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E PUNIÇÃO AO CRIME DE GENOCÍDIO	58
3.3.2.	CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS E PROTOCOLO FACULTATIVO SOBRE O ESTATUTO DOS REFUGIADOS	59
3.3.3.	CONVENÇÃO INTERNACIONAL A SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL	60
3.3.4.	CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER E O SEU PROTOCOLO FACULTATIVO	61
3.3.5.	CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES E O SEU PROTOCOLO FACULTATIVO	62
3.3.6.	CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E OS SEUS PROTOCOLOS FACULTATIVOS	63
3.3.7.	CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O SEU PROTOCOLO FACULTATIVO	64
3.3.8.	CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS	65
3.3.9.	A “DECLARAÇÃO DE ESTOLCOMO”	65
3.3.10.	CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA	69
4.	O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	69
4.1.	A CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSE DA COSTA RICA)	69
4.2.	O PROTOCOLO DE SAN SALVADOR	70

4.3.	A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	71
4.3.1.	COMPOSIÇÃO, FUNÇÕES E MECANISMOS DE MONITORAMENTO	71
4.3.2.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DAS DENÚNCIAS FEITAS À COMISSÃO	72
4.3.3.	MEDIDAS CAUTELARES	73
4.3.4.	O PROCESSAMENTO DO FEITO PERANTE A COMISSÃO	73
4.4.	CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	74
4.5.	BREVE SUMÁRIO DOS JULGAMENTOS DE CASOS BRASILEIROS LEVADOS À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	76
4.6.	INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESPECÍFICOS DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	77
4.6.1.	PROTOCOLO À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS REFERENTE À ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE	77
4.6.2.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA	78
4.6.3.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (<i>CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ</i>)	79
4.6.4.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS	82
4.6.5.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	82
4.6.6.	CARTA DEMOCRÁTICA DA OEA	83
5.	QUESTÕES RELEVANTES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	83
5.1.	A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	83
5.2.	A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. TEORIAS MONISTA E DUALISTA. A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	84
5.3.	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	86
5.4.	A FEDERALIZAÇÃO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS (INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA – IDC)	87
5.5.	OS PROGRAMAS NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS (PNDH 1, 2 E 3)	88
5.5.1.	OS PROGRAMAS NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS 1 E 2	88
5.5.2.	O TERCEIRO PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH-3)	88
5.6.	COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	91

6. ACESSO À JUSTIÇA E AS “100 REGRAS DE BRASÍLIA” SOBRE ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE	94
--	----

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO; CLASSIFICAÇÕES; ESTRUTURA	99
1.1. CONCEITO	99
1.2. NEOCONSTITUCIONALISMO	100
1.3. PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES	100
1.4. ESTRUTURA E ELEMENTOS	101
2. APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	102
3. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS: MÉTODOS E PRINCÍPIOS	103
3.1. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	103
3.2. PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	104
3.3. A SOCIEDADE ABERTA DOS INTÉRPRETES DA CONSTITUIÇÃO	105
4. PODER CONSTITUINTE	105
4.1. PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO (PCO)	105
4.2. PODER CONSTITUINTE DERIVADO OU SECUNDÁRIO	105
4.2.1. PODER CONSTITUINTE DERIVADO DECORRENTE	106
4.2.2. PODER CONSTITUINTE DERIVADO REFORMADOR	106
4.2.2.1. REQUISITOS	106
4.2.3. PODER CONSTITUINTE DERIVADO REVISOR	107
4.3. PODER CONSTITUINTE DIFUSO	107
4.4. PODER CONSTITUINTE SUPRANACIONAL	107
5. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ARTS. 1º AO 4º DA CF/88)	107
6. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA (MARCELO NEVES)	109
7. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	109
7.1. MOMENTOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	109
7.2. SISTEMAS	110
7.3. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADI	111
7.4. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE – ADC OU ADECON	113
7.5. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – ADO	114
7.6. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADPF	115
7.7. ADI INTERVENTIVA OU REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA	116
8. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO NO PLANO ESTADUAL	117

8.1.	OBJETO: APENAS LEI OU ATO NORMATIVO ESTADUAL OU MUNICIPAL	117
8.2.	LEGITIMADOS	117
8.3.	NORMAS DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA	117
8.4.	ADIS SIMULTÂNEAS (<i>SIMULTANEUS PROCESSUS</i>)	118
9.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL É FORMADA PELA UNIÃO INDISSOLÚVEL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS E DO DF (ART. 1º DA CF)	118
9.1.	ESTADO FEDERAL BRASILEIRO	118
9.2.	REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	119
9.3.	INTERVENÇÃO NOS ESTADOS E NOS MUNICÍPIOS	122
10.	ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	123
10.1.	PODER EXECUTIVO	123
10.2.	PODER LEGISLATIVO	125
11.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	135
12.	DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (TÍTULO II DA CF)	136
12.1.	CONCEITO	136
12.2.	EVOLUÇÃO (GERAÇÕES OU DIMENSÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS)	136
12.3.	MÍNIMO EXISTENCIAL E RESERVA DO POSSÍVEL	137
12.4.	CARACTERÍSTICAS	137
12.5.	TITULARIDADE E DESTINATÁRIOS	138
12.6.	LIMITES	138
12.7.	DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF)	138
12.8.	FEDERALIZAÇÃO DE CRIMES GRAVES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS	142
12.9.	DOS DIREITOS SOCIAIS (ARTS. 6º AO 11 DA CF)	143
12.10.	DIREITOS DE NACIONALIDADE	144
12.11.	DOS DIREITOS POLÍTICOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS	144
13.	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	146
13.1.	MANDADO DE SEGURANÇA (ART. 5º, LXIX E LXX, DA CF E LEI Nº 12.016/09)	146
13.1.1.	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	147
13.1.2.	LIMINAR EM MS	147
13.1.3.	PRINCIPAIS SÚMULAS E JULGADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	148
13.2.	MANDADO DE INJUNÇÃO (ART. 5º, LXXI, DA CF E LEI Nº 13.300/2016)	148
13.2.1.	LEGITIMADOS	148
13.2.2.	MI COLETIVO	149

13.2.3. MI E TUTELA DE URGÊNCIA	149
13.2.4. EFICÁCIA DA DECISÃO EM MI	149
13.2.5. ADVENTO DA NORMA REGULAMENTADORA	150
13.3. <i>HABEAS DATA</i> (ART. 5º, LXXII, DA CF E LEI Nº 9.507/97)	150
13.4. <i>HABEAS CORPUS</i> (ART. 5º, LXVIII, DA CF E CPP)	151
13.5. AÇÃO POPULAR (ART. 5º, LXXIII, DA CF E LEI Nº 4.717/1965)	151
13.5.1. LEGITIMIDADE ATIVA	151
13.5.2. OBJETIVO: ANULAR ATO LESIVO	151
13.5.3. ASPECTOS PROCESSUAIS	151
13.6. AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ACP (ART. 129, III, DA CF E LEI Nº 7.347/85)	151
14. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA	152

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	157
2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	161
3. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	171
4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	177
5. ATOS ADMINISTRATIVOS	189
6. LICITAÇÃO	208
7. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	224
8. SERVIÇOS PÚBLICOS	242
9. BENS PÚBLICOS	255
10. AGENTES PÚBLICOS	261
11. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	270
12. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	279
13. ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	300
14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	303

DIREITO AMBIENTAL

1. TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL	345
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL	350
3. ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE O MEIO AMBIENTE	357
4. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E COMUM NO DIREITO AMBIENTAL	357
5. ANÁLISE DO ARTIGO 225 DA CF/1988 E TEMAS CORRELATOS	365
6. A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	383
7. OPINIÃO CONSULTIVA	385
8. POLÍTICA URBANA E ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	386
9. JURISPRUDÊNCIA EM TESES E INFORMATIVOS	391

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

1. DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL	405
2. SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO E PRINCÍPIOS	405
2.1. PRINCÍPIOS	405
3. DIREITO À SAÚDE	407
3.1. PRINCÍPIOS	407
3.2. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	407
3.3. RESPONSABILIDADE DOS ENTES FEDERADOS	409
4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO: CONCEITO E PRINCÍPIOS	409
4.1. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: BENEFICIÁRIOS, CARÊNCIA E BENEFÍCIOS	410
4.1.1. BENEFICIÁRIOS	410
4.1.2. BENEFÍCIOS	411
4.2. AUXÍLIO-DOENÇA POR ACIDENTE DE TRABALHO	412
5. DIREITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONCEITO E PRINCÍPIOS	412
5.1. SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E LEI Nº 8.742/93	412
5.1.1. ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	413
5.1.2. PRINCÍPIOS	413
5.1.3. DIRETRIZES	414
5.1.4. TIPOS DE PROTEÇÃO	414
5.1.5. DO CRAS E DO CREAS	414
5.2. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	415
5.3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	415
5.4. RENDA BÁSICA DE CIDADANIA (LEI Nº 10.835/04)	419
5.5. DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SEGURANÇA ALI- MENTAR E NUTRICIONAL	419
5.6. POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (DECRE- TO 7.053/09, RESOLUÇÃO CNDH 40/20 E LEI ESTADUAL Nº 12.947/14)	419
5.6.1. DECRETO 7.053/09	419
5.6.2. RESOLUÇÃO CNDH 40/20	421
5.6.3. LEI ESTADUAL Nº 12.947/14	426

DIREITO PENAL

1. DIREITO PENAL: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	431
1.1. CONCEITO, FONTES, OBJETIVOS/FUNÇÕES	431
1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIIS	433
1.3. CONSTITUIÇÃO E DIREITO PENAL	437
1.4. O DIREITO PENAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	438

1.4.1.	DIREITO PENAL E DIREITOS HUMANOS	438
1.5.	APLICAÇÃO DA LEI PENAL	439
1.5.1.	LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO. IMUNIDADE. CONDIÇÕES DE PUNIBILIDADE	439
1.6.	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	446
2.	HISTÓRIA DO PENSAMENTO PENAL	446
2.1.	SOCIEDADES PRIMITIVAS	446
2.2.	ANTIGUIDADE	448
2.2.1.	DIREITO PENAL NA GRÉCIA	449
2.2.2.	DIREITO PENAL EM ROMA	449
2.3.	DIREITO PENAL MEDIEVAL	450
2.3.1.	DIREITO GERMÂNICO	450
2.3.2.	DIREITO PENAL CANÔNICO	451
2.4.	PERÍODO HUMANITÁRIO	451
3.	AS ESCOLAS PENAIS	452
4.	MODERNAS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO PENAL	455
5.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL. HISTÓRIA DO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO NO BRASIL	458
6.	TEORIA DO DELITO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ELEMENTOS DO CRIME. BEM JURÍDICO-PENAL. MODERNAS TENDÊNCIAS DA TEORIA DO DELITO	459
6.1.	CONCEITOS, TEORIAS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	459
6.2.	ELEMENTOS DO CRIME	460
6.3.	BEM JURÍDICO-PENAL	460
7.	TIPICIDADE	460
7.1.	TIPO PENAL	460
7.2.	ELEMENTOS DO TIPO	461
7.3.	CONDUTA (AÇÃO E OMISSÃO)	462
7.4.	NEXO DE CAUSALIDADE	462
7.4.1.	TEORIAS ACERCA DO NEXO CAUSAL	462
7.4.2.	ESPÉCIES DE CAUSA	463
7.5.	RESULTADO	464
7.6.	<i>ITER CRIMINIS</i>	464
7.7.	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	464
7.8.	DOLO	465
7.9.	CULPA	465
7.9.1.	ELEMENTOS DO CRIME CULPOSO	465
7.9.2.	CLASSIFICAÇÃO DA CULPA	466
7.9.3.	CULPA CONSCIENTE E DOLO EVENTUAL	466

7.9.4. CRIME QUALIFICADO PELO RESULTADO E CRIME PRETERDOLOSO	466
7.10. IMPUTAÇÃO OBJETIVA	467
8. ILICITUDE: CONCEITO. O INJUSTO PENAL. EXCLUDENTES DA ILICITUDE	468
8.1. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA ILICITUDE	468
9. CULPABILIDADE	472
9.1. CONCEITO	472
9.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	472
9.2.1. TEORIA PSICOLÓGICA DA CULPABILIDADE	473
9.2.1.1. CRÍTICAS E SUPERAÇÃO DA TEORIA PSICOLÓGICA DA CULPABILIDADE	474
9.2.2. TEORIA NORMATIVA OU PSICOLÓGICO-NORMATIVA DA CULPABILIDADE	474
9.2.3. TEORIA NORMATIVA PURA DA CULPABILIDADE	476
9.2.4. TEORIA LIMITADA DA CULPABILIDADE	476
9.3. ESTRUTURA	477
9.4. PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE	477
9.5. CULPABILIDADE E LIBERDADE	477
9.6. CULPABILIDADE E PERICULOSIDADE	477
9.7. CULPABILIDADE E VULNERABILIDADE	477
9.8. DIREITO PENAL DO FATO E DIREITO PENAL DO AUTOR	478
9.9. CULPABILIDADE: ELEMENTOS E EXCLUDENTES	478
9.9.1. IMPUTABILIDADE	478
9.9.1.1. EXCLUSÃO DA IMPUTABILIDADE	479
9.9.2. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	482
9.9.2.1. COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL	482
9.9.2.2. OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA	482
9.9.2.3. CONSEQUÊNCIAS	483
9.9.3. POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE	483
9.9.3.1. PRINCIPAIS CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO	483
9.9.3.2. A (POTENCIAL) CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE NA TEORIA DO DELITO	483
9.9.3.3. EXCLUSÃO DA POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE (ERRO DE PROIBIÇÃO INEVITÁVEL)	484
9.9.4. CAUSAS SUPRALEGAIS EXCLUDENTES DA CULPABILIDADE	485
10. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. CRIME IMPOSSÍVEL. CONCURSO DE AGENTES. ERRO NO DIREITO PENAL. PUNIBILIDADE. CONCURSO DE CRIMES	485
10.1. ARREPENDIMENTO POSTERIOR	485

10.2. CRIME IMPOSSÍVEL	486
10.3. CONCURSO DE AGENTES	486
10.3.1. AUTORIA DE PARTICIPAÇÃO	486
10.3.2. CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DE AUTORIA	488
10.3.3. TEORIAS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO	488
10.3.4. CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DA PARTICIPAÇÃO	489
10.4. ERRO DE TIPO	490
10.4.1. ERRO DETERMINADO POR TERCEIRO	490
10.4.2. ERRO SOBRE A PESSOA	491
10.4.3. QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS, PARA O AGENTE, NO CASO DO ERRO SOBRE A PESSOA?	491
10.4.4. ERRO SOBRE A ILICITUDE DO FATO (ERRO DE PROIBIÇÃO) (TRA- TADO NO ITEM 9.9.3.3.)	492
10.5. PUNIBILIDADE	492
10.6. CONCURSO DE CRIMES	492
11. PENA	493
11.1. ESPÉCIES	493
11.1.2. PENAS (CONSTITUCIONALMENTE) VEDADAS NO BRASIL - ART. 5º, XLVII	493
11.2. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DA PENA	494
11.3. TEORIAS DA PENA	494
11.4. CIRCUNSTÂNCIAS	496
11.5. AGRAVANTES E ATENUANTES	496
11.5.1. AGRAVANTES (ARTS. 61, 62 E 63, CP)	496
11.5.2. ATENUANTES (ART. 65, CP)	497
11.6. CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO	498
11.7. CÁLCULO DA PENA	499
11.8. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	499
11.8.1. CAUSAS GERAIS E ESPECÍFICAS E MOMENTOS DE OCORRÊN- CIA	500
11.8.1.2. PRESCRIÇÃO: CONCEITO, TEORIAS, PRAZOS PARA O CÁLCULO DA PRESCRIÇÃO, TERMOS INICIAIS, CAUSAS SUS- PENSIVAS OU IMPEDITIVAS, CAUSAS INTERRUPTIVAS	502
11.8.1.3. OUTRAS CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO	504
12. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	507
12.1. MODALIDADES	507
12.2. REQUISITOS	507
12.3. MOMENTO ADEQUADO E JUÍZO COMPETENTE PARA A CONCESSÃO	507

12.4. CONDIÇÕES	508
12.5. REVOGAÇÃO	508
12.6. CASSAÇÃO	508
12.6.1. HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE PROVA	508
12.6.2. EXTINÇÃO DA PENA/CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES	509
13. REABILITAÇÃO	509
13.1. FINALIDADES DA REABILITAÇÃO	509
13.2. PRESSUPOSTO	511
13.3. REQUISITOS	511
13.4. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA REABILITAÇÃO	511
13.5. PEDIDO E RECURSO NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO	511
13.6. REVOGAÇÃO DA REABILITAÇÃO	512
14. DIREITO PENAL E SAÚDE MENTAL. MEDIDAS DE SEGURANÇA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, CONCEITO, ESPÉCIES, EXECUÇÃO. LEI Nº 10.216/01.....	512
REFORMA PSIQUIÁTRICA. LEI 13.146/15	512
14.1. MODALIDADES	512
14.2. PRAZOS	513
15. CRIMES CONTRA A PESSOA	513
16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	534
17. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	554
18. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	556
19. CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	561
20. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	563
21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	574
22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	580
23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	596
24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	598
25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	613

DIREITO PROCESSUAL PENAL LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. PRINCÍPIOS QUE REGEM O PROCESSO PENAL. DIREITOS E GARANTIAS APLICÁVEIS AO PROCESSO PENAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIREITOS E GARANTIAS APLICÁVEIS AO PROCESSO PENAL NOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS RATIFICADOS PELO BRASIL. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO DEVIDO PROCESSO PENAL	649
--	-----

2.	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO PENAL INQUISITÓRIO E ACUSATÓRIO. FONTES DO PROCESSO PENAL. LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO. INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL. SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR. INQUÉRITO POLICIAL. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	660
3.	MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA NA PERSECUÇÃO CRIMINAL. BUSCA E APREENSÃO. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO, BANCÁRIO E FISCAL. DELAÇÃO PREMIADA. PROVA. ÔNUS DA PROVA. PROCEDIMENTO PROBATÓRIO. CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA. GARANTIAS APLICÁVEIS À PROPOSIÇÃO, PRODUÇÃO E VALORAÇÃO DA PROVA. MEIOS DE PROVA. INDÍCIOS NO PROCESSO PENAL. AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PÚBLICA E PRIVADA. CONDIÇÕES DA AÇÃO. DENÚNCIA E QUEIXA-CRIME. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i> . O PAPEL DA VÍTIMA NO PROCESSO PENAL. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	681
4.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. SUJEITOS PROCESSUAIS. O DIREITO DE DEFESA. AUTODEFESA E DEFESA TÉCNICA. INTERROGATÓRIO. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS. CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO. REVELIA E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	709
5.	PRISÃO EM FLAGRANTE. PRISÃO PREVENTIVA. PRISÃO TEMPORÁRIA. PRISÃO DOMICILIAR. RELAXAMENTO E LIBERDADE PROVISÓRIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. A IMPLANTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA. APLICAÇÃO PROVISÓRIA DE INTERDIÇÕES E MEDIDA DE SEGURANÇA. JUIZ DE GARANTIAS	742
6.	SENTENÇA PENAL, MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES E COISA JULGADA. <i>EMENDATIO LIBELLI</i> E <i>MUTATIO LIBELLI</i> . PROCESSO E PROCEDIMENTO. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. PROCEDIMENTO COMUM E ESPECIAL. RITO ORDINÁRIO. RITO SUMÁRIO. RITO SUMARÍSSIMO. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. PROCEDIMENTO RELATIVO AO TRIBUNAL DO JÚRI. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	758
7.	NULIDADES. RECURSOS. AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO. REVISÃO CRIMINAL. <i>HABEAS CORPUS</i> . MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JURISDICIONAL PENAL	772
8.	PRERROGATIVAS E GARANTIAS DOS DEFENSORES PÚBLICOS RELACIONADAS COM O PROCESSO PENAL. ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA: ASPECTOS PROCESSUAIS	782
9.	LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL: ABUSO DE AUTORIDADE; CRIMES HEDIONDOS; ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA; TORTURA; CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO; PROTEÇÃO A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS; DESARMAMENTO; LEI DE DROGAS; VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER; TRÂNSITO; MEIO AMBIENTE; CRIMES DE PRECONCEITO; CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO; ESTATUTO DO IDOSO; CRIMES DE FALÊNCIA; TORTURA; ECONOMIA POPULAR; ORDEM TRIBUTÁRIA; LAVAGEM DE DINHEIRO; PARCELAMENTO DO SOLO URBANO; CRIANÇA E ADOLESCENTE; CONTRAVENÇÕES PENAIS	785

EXECUÇÃO PENAL

1. EXECUÇÃO PENAL. EVOLUÇÃO HISTÓRICA, CRISE E ALTERNATIVAS. NATUREZA DA EXECUÇÃO PENAL. LEI DE EXECUÇÃO PENAL. OBJETIVOS DA EXECUÇÃO PENAL. EXECUÇÃO PENAL E ECONOMIA POLÍTICA DA PENA. EXECUÇÃO PENAL, ENCARCERAMENTO EM MASSA E DANO SOCIAL	833
2. DIREITOS DO SISTEMA PROGRESSIVO. PROGRESSÃO DE REGIME. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REMIÇÃO. AUTORIZAÇÃO DE SAÍDA. INDULTO E COMUTAÇÃO. DISCIPLINA NA EXECUÇÃO PENAL	837
3. EXECUÇÃO PENAL E DIREITO HUMANOS. TUTELA INDIVIDUAL E COLETIVA DE DIREITOS NA EXECUÇÃO PENAL. DIREITOS SOCIAIS E EXECUÇÃO PENAL. EXECUÇÃO PENAL E REALIDADE CONCRETA: AS PENAS ILÍCITAS. SUPERLOTAÇÃO PRISIONAL E CONSEQUÊNCIA JURÍDICAS. A INDETERMINAÇÃO DA PENA NA EXECUÇÃO PENAL. REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DE PESSOAS PRESAS: PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO. AS REGRAS DE MANDELA. MONITORAMENTO E INSPEÇÃO DE PRESÍDIOS	854
4. GARANTISMO E EXECUÇÃO PENAL. INQUISIÇÃO E SISTEMA ACUSATÓRIO DA EXECUÇÃO PENAL. JURISDICIONALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL	860
5. EXECUÇÃO PENAL E SAÚDE MENTAL. MEDIDAS DE SEGURANÇA. LEI 10.216/01. REFORMA PSIQUIÁTRICA. LEI 13.146/15	862
6. DA EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA. EXECUÇÃO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO. EXECUÇÃO PENAL E DIREITOS DOS FAMILIARES DE PESSOAS PRESAS	864

DIREITO CIVIL

1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	871
1.1. NATUREZA JURÍDICA DA LEI	871
1.2. VIGÊNCIA	871
1.3. REVOGAÇÃO DAS LEIS	871
1.4. REPRISTINAÇÃO	871
1.5. CARACTERÍSTICAS DA NORMA JURÍDICA E SUA APLICAÇÃO	872
1.6. PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DAS LEIS	872
1.7. AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO DA NORMA JURÍDICA. ART. 4.º	872
1.8. APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA NO TEMPO	873
1.9. BREVE ANÁLISE DAS INCLUSÕES FEITAS NA LEI DE INTRODUÇÃO PELA LEI 13.655/2018. REPERCUSSÕES PARA O DIREITO PÚBLICO	873
1.10. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: JURISPRUDÊNCIA	876
2. PESSOAS NATURAIS	876
2.1. EXISTÊNCIA	876
2.2. DIREITOS DA PERSONALIDADE	878
2.3. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA SOBRE PESSOA NATURAL	882

2.4.	DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL	884
2.5.	AUSÊNCIA	885
3.	PESSOA JURÍDICA	886
3.1.	TEORIAS	886
3.2.	ASSOCIAÇÕES	887
3.3.	FUNDAÇÕES	888
3.4.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (“DISREGARD THEORY”)	891
4.	BENS	892
4.1.	CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	892
4.2.	BENS IMÓVEIS	893
4.3.	DOS BENS MÓVEIS	893
4.4.	DOS BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS	893
4.5.	DOS BENS DIVISÍVEIS	894
4.6.	DOS BENS SINGULARES E COLETIVOS	894
4.7.	OS BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS	894
4.8.	DAS PERTENÇAS	894
4.9.	BENFEITORIAS	894
4.10.	BENS PÚBLICOS	895
4.11.	QUADRO RESUMO	896
5.	ATO E FATO JURÍDICO	896
5.1.	ATO JURÍDICO	896
5.2.	FATO JURÍDICO	896
6.	NEGÓCIO JURÍDICO	897
6.1.	CONCEITO	897
6.2.	INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO	897
6.3.	VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	897
6.4.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	898
6.5.	DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO	902
7.	ATOS JURÍDICOS	903
8.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	904
8.1.	PRESCRIÇÃO	904
8.2.	DECADÊNCIA	906
9.	PROVA	906
9.1.	TIPOS DE PROVA	906
9.2.	CONFISSÃO	907
9.3.	DOCUMENTO	907

9.4. TESTEMUNHAS	907
9.5. PERÍCIA	907
10. OBRIGAÇÕES	907
10.1. CONCEITO	907
10.2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	908
10.3. FONTES	908
10.4. OBRIGAÇÃO DE DAR	908
10.5. OBRIGAÇÃO DE FAZER	909
10.6. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER	909
10.7. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS	909
10.7.1. SOLIDARIEDADE PASSIVA	910
10.8. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	911
10.9. DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	912
10.10. DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	914
10.11. DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO	915
10.12. IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO	916
10.13. DA DAÇÃO EM PAGAMENTO	916
10.14. DA NOVAÇÃO	917
10.15. DA COMPENSAÇÃO	917
10.16. REMISSÃO DAS DÍVIDAS	918
10.17. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	918
10.18. DA MORA	919
10.19. PERDAS E DANOS, DOS JUROS LEGAIS	920
10.20. CLÁUSULA PENAL	920
10.21. ARRAS OU SINAL	921
11. CONTRATOS	922
11.1. CONCEITO	922
11.2. LIBERDADE DE CONTRATAR	922
11.3. PRINCÍPIOS	922
11.4. FIGURAS PARCELARES DA BOA FÉ	922
11.5. CONTRATO DE ADESÃO	923
11.6. CONTRATOS ATÍPICOS	923
11.7. PACTA CORVINA	923
11.8. PROPOSTA	923
11.9. LUGAR DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	924
11.10. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO	924
11.11. DOS VÍCIOS REDIBITÓRIO	924

11.12.EVICÇÃO	924
11.13.CONTRATOS ALEATÓRIOS	925
11.14.SÚMULAS	925
11.15.EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	926
11.16.CONTRATO DE COMPRA E VENDA	927
11.16.1. CONCEITO	927
11.16.2. OBJETO	927
11.16.3. VENDA POR AMOSTRAS	927
11.16.4. FIXAÇÃO DO PREÇO	927
11.16.5. DESPESAS	928
11.16.6. RISCOS DA COISA	928
11.16.7. LUGAR DA TRADIÇÃO	928
11.16.8. VENDA DE ASCENDENTE PARA DESCENDENTE	928
11.16.9. NÃO PODEM SER COMPRADOS EM HASTA PÚBLICA	928
11.16.10. COMPRA E VENDA ENTRE CÔNJUGES	929
11.16.11. VENDA <i>AD MENSURAM</i> E VENDA <i>AD CORPUS</i>	929
11.16.12. DEFEITO OCULTO NAS COISAS VENDIDAS CONJUNTAMENTE	929
11.16.13. VENDA DE COISA INDIVISÍVEL	929
11.16.14. RETROVENDA	929
11.16.15. PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA	930
11.16.16. VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO	930
11.16.17. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS	930
11.17.DO CONTRATO ESTIMATÓRIO	931
11.18.DA DOAÇÃO	931
11.19.CONTRATO DE TRANSPORTE	933
11.20.CONTRATO DE SEGURO	934
11.21.DO DEPÓSITO	937
11.22.DO MANDATO	938
11.23.DA FIANÇA	939
11.24.DO EMPRÉSTIMO	940
11.25.DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: JURISPRUDÊNCIA SOBRE CONTRA- TOS EM ESPÉCIE	940
12. RESPONSABILIDADE CIVIL	941
12.1. DICA DE PROF.KAROLARRUDA	944
12.2. JURISPRUDÊNCIA	945
12.3. DICAS GERAIS DA @PROF.KAROLARRUDA	946
13. PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS	946

14. POSSE	947
14.1. CONCEITO	947
14.2. DETENÇÃO	947
14.3. PODERES INERENTES À PROPRIEDADE	948
14.4. TEORIAS JUSTIFICADORAS DA POSSE	948
14.5. TIPOS DE POSSE	948
14.6. COMPOSSE	948
14.7. QUANTO AOS VÍCIOS OBJETIVOS DA POSSE	949
14.8. QUANTO AOS VÍCIOS SUBJETIVOS	949
14.9. QUANTO AO TÍTULO	950
14.10. QUANTO AO TEMPO	950
14.11. QUANTO AOS EFEITOS	950
14.12. AQUISIÇÃO DA POSSE	950
14.13. QUEM PODE ADQUIRIR A POSSE	950
14.14. ATOS DE MERA PERMISSÃO	950
14.15. EFEITOS DA POSSE	951
14.16. POSSUIDOR DE BOA FÉ	951
14.17. POSSUIDOR DE MÁ FÉ	951
14.18. POSSE E PROCESSO CIVIL	952
14.19. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	952
14.20. LEGÍTIMA DEFESA E DESFORÇO IMEDIATO (ART. 1.210, §1º, DO CC)	952
15. DIREITOS REAIS	953
15.1. PROPRIEDADE	954
15.1.1. CONCEITO	954
15.1.2. ATRIBUTOS (ART. 1.228)	954
15.1.3. PROPRIEDADE LIMITADA	954
15.1.4. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE PROPRIEDADE	954
15.1.5. FUNÇÃO SOCIAL E SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	955
15.1.6. PROIBIÇÕES	955
15.1.7. EXTENSÃO DA PROPRIEDADE DO SOLO	955
15.1.8. PRIVAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE	955
15.1.9. PERDA DA PROPRIEDADE	956
15.1.10. USUCAPIÃO	956
15.1.11. SÚMULAS, INFORMATIVOS E ENUNCIADOS	959
15.2. SUPERFÍCIE	961
15.3. SERVIDÕES	961
15.4. USUFRUTO	962

15.5. USO	963
15.6. HABITAÇÃO	963
15.7. DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR	963
15.8. DIREITOS REAIS DE GARANTIA	963
16. LEI Nº 6.015/1973 E ALTERAÇÕES (REGISTRO DE IMÓVEIS)	964
16.1. NOÇÕES GERAIS	964
16.2. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA	965
17. LEI Nº 10.741/2003 (ESTATUTO DO IDOSO)	966
17.1. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	967
17.2. DO ACESSO À JUSTIÇA	967
18. LOCAÇÃO E A FAZENDA PÚBLICA	968
19. DIREITO DE FAMÍLIA	969
19.1. CASAMENTO	969
19.1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	969
19.1.2. EFEITOS PATRIMONIAIS DO CASAMENTO, REGIME DE BENS, NOME	972
19.1.3. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	973
19.2. UNIÃO ESTÁVEL	975
19.3. DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO	976
19.3.1. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	978
19.4. ALIMENTOS	979
19.4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	979
19.4.2. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	981
19.5. DA TUTELA, DA CURATELA E DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA	983
20. DO DIREITO DAS SUCESSÕES. DA SUCESSÃO EM GERAL. DA SUCESSÃO LE- GÍTIMA. DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA	985
20.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	985
20.2. DO TESTAMENTO	988
20.3. INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO	989
20.4. DO FIDEICOMISSO	989
20.5. REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO DO TESTAMENTO	990
20.6. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	991
21. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	993
22. ALIMENTOS GRAVÍDICOS (LEI Nº 11.804/2008)	1000

DIREITO EMPRESARIAL

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1003
-------------------------------	------

1.1.	ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA, AUTONOMIA, FONTES E CARACTERÍSTICAS	1003
1.2.	TEORIA DA EMPRESA	1003
1.3.	EMPRESÁRIO	1004
1.4.	INSCRIÇÃO E REGISTRO	1005
1.5.	PREPOSTOS DO EMPRESÁRIO	1005
1.6.	NOME EMPRESARIAL	1006
1.7.	ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL, ESCRITURAÇÃO	1006
1.8.	AVIAMENTO	1008
2.	REGISTRO DE EMPRESA	1008
2.1.	ÓRGÃOS DE REGISTRO DE EMPRESA	1008
2.2.	ATOS DE REGISTRO DE EMPRESA	1008
2.3.	PROCESSO DECISÓRIO DO REGISTRO DE EMPRESA	1009
2.4.	INATIVIDADE DA EMPRESA	1009
2.5.	EMPRESÁRIO IRREGULAR	1009
3.	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	1010
4.	DIREITO SOCIETÁRIO	1011
4.1.	SOCIEDADE EM COMUM	1011
4.2.	SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO	1011
4.3.	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS SOCIEDADES PERSONIFICADAS	1011
4.4.	OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS	1012
4.5.	SOCIEDADE LIMITADA	1012
4.6.	SOCIEDADE ANÔNIMA	1014
4.7.	SÚMULAS	1015
5.	DIREITO FALIMENTAR	1015
5.1.	FALÊNCIA	1016
5.2.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1019
5.3.	DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS	1020
6.	TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITOS	1021
6.1.	TÍTULOS DE CRÉDITOS: LETRA DE CÂMBIO; CHEQUE; NOTA PROMISSÓRIA; DUPLICATA	1021
6.1.1.	LETRA DE CÂMBIO	1021
6.1.2.	CHEQUE	1021
6.1.3.	NOTA PROMISSÓRIA	1022
6.1.4.	DUPLICATAS	1022
6.2.	ACEITE; AVAL; ENDOSSO; PROTESTO; PRESCRIÇÃO	1023
6.2.1.	ACEITE	1023
6.2.2.	AVAL	1024

6.2.3. ENDOSSO	1024
6.2.4. PROTESTO	1024
6.3. AÇÕES CAMBIAIS	1024

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. NATUREZA JURÍDICA DAS NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1029
2. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	1029
2.1. FORNECEDOR	1029
2.2. CONSUMIDOR	1030
2.3. OBJETO DA RELAÇÃO DE CONSUMO	1030
3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	1031
4. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS	1032
4.1. TEORIA DOS VÍCIOS	1032
4.2. RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ACIDENTE DE CONSUMO: PELO FATO DO PRODUTO	1033
4.3. RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS ACIDENTES DE CONSUMO: PELO FATO DO SERVIÇO	1034
4.4. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO	1034
4.5. RESPONSABILIDADE DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS: A CULPA DO PROFISSIONAL LIBERAL. O ÔNUS DA PROVA	1035
5. TEORIA DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS	1036
6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	1037
7. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	1038
8. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS	1039
8.1. DA OFERTA	1039
8.2. DA PUBLICIDADE	1040
8.3. COBRANÇA DE DÍVIDAS; CADASTRO DE CONSUMIDORES E FORNECEDORES	1042
9. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL	1043
9.1. CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS	1043
9.2. CONTRATOS DE ADESÃO	1045
10. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	1046
11. O SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1048
12. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	1048
12.1. SÚMULAS	1048
12.2. JURISPRUDÊNCIA	1050

12.2.1. JURISPRUDÊNCIA SOBRE DIREITOS DO CONSUMIDOR	1051
12.2.2. JURISPRUDÊNCIA SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL	1055
12.3. JURISPRUDENCIA SOBRE CADASTRO	1059
12.4. JURISPRUDÊNCIA SOBRE PRESCRIÇÃO	1061
12.5. JURISPRUDÊNCIA SOBRE CONTRATOS DE CONSUMO	1061
12.6. JURISPRUDÊNCIA SOBRE PLANO DE SAÚDE	1064

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015)	1071
2. CONSTITUIÇÃO E PROCESSO	1071
2.1. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO PROCESSO CIVIL	1071
2.2. CONTEÚDO JURÍDICO DO DIREITO DE ACESSO À TUTELA JURISDICIONAL DO ESTADO	1072
3. NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1073
3.1. NATUREZA JURÍDICA	1073
3.2. FONTES	1073
3.3. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO	1073
3.4. DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPORAL	1073
3.5. PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL	1074
4. JURISDIÇÃO: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E ESPÉCIES	1074
4.1. MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO (CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO), ARBITRAGEM E TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS. RESOLUÇÃO CNJ Nº 125/2010. LEI DE MEDIAÇÃO (LEI Nº 13.140/2015)	1075
4.2. COMPETÊNCIA	1076
4.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	1077
4.4. MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA E CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO	1078
4.5. KOMPETENZ KOMPETENZ	1078
4.6. PERPETUATIO JURISDICIONIS	1078
4.7. DEMAIS REGRAS SOBRE COMPETÊNCIA	1079
4.8. MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA	1081
4.9. INCOMPETÊNCIA	1081
4.10. ATOS CONCERTADOS	1082
4.11. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	1082
5. AÇÃO: TEORIAS, CLASSIFICAÇÃO, ELEMENTOS E CUMULAÇÃO. TEORIA DA ASSERÇÃO	1085

5.1. TEORIAS DA AÇÃO	1085
6. PROCESSO: PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, ATOS PROCESSUAIS, VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS, LUGAR, TEMPO E FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS, COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS. PRECLUSÃO	1086
6.1. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	1086
6.2. ATOS PROCESSUAIS	1086
6.2.1. DA FORMA	1086
6.2.2. DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	1087
6.2.3. COMUNICAÇÃO DOS ATOS	1088
6.2.4. DA CITAÇÃO	1088
6.2.5. DAS NULIDADES	1089
6.2.6. PRECLUSÃO	1089
7. SUJEITOS DO PROCESSO, PARTES, CAPACIDADE, DEVERES E RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL, SUBSTITUIÇÃO, SUCESSÃO. LITISCONSÓRCIO. ASSISTÊNCIA. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS: TÍPICAS E ATÍPICAS. AMICUS CURIAE. JUIZ E AUXILIARES DA JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. ADVOCACIA PÚBLICA. DEFENSORIA PÚBLICA. A INTERVENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO CUSTOS VULNERABILIS	1089
7.1. SUJEITOS PROCESSUAIS	1089
7.1.1. JUIS: PODERES, DEVERES E RESPONSABILIDADE. IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO	1089
7.2. PARTES: CAPACIDADE/INCAPACIDADE, DEVERES, RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL, SUBSTITUIÇÃO, SUCESSÃO, LITISCONSÓRCIO, ASSISTÊNCIA, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS E <i>AMICUS CURIAE</i>	1092
7.3. AUXILIARES DA JUSTIÇA	1098
7.4. MINISTÉRIO PÚBLICO	1099
7.5. DA ADVOCACIA PÚBLICA	1099
7.6. DEFENSORIA PÚBLICA. A INTERVENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO CUSTOS VULNERABILIS	1100
7.6.1. ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO CUSTOS VULNERABILIS	1100
8. DA TUTELA PROVISÓRIA. TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA. TUTELA ANTECEDENTE E INCIDENTE. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA	1103
8.1. DA TUTELA PROVISÓRIA	1103
8.1.1. TIPOS	1104
8.1.2. NATUREZA	1105
8.1.3. MODO	1105
8.2. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	1105

9. PROCEDIMENTO COMUM: PETIÇÃO INICIAL, INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL, IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO, RESPOSTAS DO RÉU, REVELIA, PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO, AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA	1108
9.1. PROCEDIMENTO COMUM	1108
9.1.1. PETIÇÃO INICIAL (ARTIGOS 319 AO 321 DO CPC)	1108
9.2. AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO (ARTIGO 334 DO CPC)	1112
9.3. RESPOSTAS DO RÉU E REVELIA (ARTIGOS 335 A 342 E 344 A 346 DO CPC)	1112
9.4. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA	1114
9.4.1. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO	1114
9.4.2. DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	1115
9.4.3. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA	1117
10. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1122
10.1. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS	1122
10.2. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA	1124
10.3. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU DE NÃO FAZER	1125
10.4. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	1126
11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	1126
11.1. DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	1126
11.2. DOS EMBARGOS DE TERCEIRO	1126
11.3. DA OPOSIÇÃO	1127
11.4. AÇÕES DE FAMÍLIA	1127
11.5. AÇÃO MONITÓRIA	1128
12. PROVAS. OBJETO, FONTE E MEIOS. ADMISSIBILIDADE. PROVAS TÍPICAS E ATÍPICAS. PROVAS ILÍCITAS. ÔNUS DA PROVA. PROVAS EM ESPÉCIE E SUA PRODUÇÃO	1129
12.1. PROVAS (ARTIGOS 369 A 484 DO CPC) – CONCEITO	1129
12.2. OBJETO	1129
12.3. FONTES/MEIOS	1129

12.4. PROVAS ILÍCITAS	1130
12.5. ÔNUS DA PROVA	1130
12.6. PROVAS EM ESPÉCIE E SUA PRODUÇÃO	1132
13. PROCESSO DE EXECUÇÃO: ESPÉCIES, PROCEDIMENTOS, EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA, EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER, EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA, EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DEFESAS DO DEVEDOR E DE TERCEIROS NA EXECUÇÃO. AÇÕES PREJUDICIAIS À EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	1134
13.1. DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA CERTA	1139
13.2. DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA INCERTA	1139
13.3. DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	1139
13.4. DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	1140
13.5. DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO	1140
14. PROCESSO NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS: INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA, INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE, CONFLITO DE COMPETÊNCIA, HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA, AÇÃO RESCISÓRIA, INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E RECLAMAÇÃO	1142
14.1. DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1142
14.2. DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	1142
14.3. DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA	1143
14.4. DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	1143
14.5. DA AÇÃO RESCISÓRIA	1144
15. RECURSOS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	1145
15.1. APELAÇÃO	1145
15.2. AGRAVO	1145
15.3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1146
15.4. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE RECURSOS REPETITIVOS	1147
16. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA	1148
17. A FAZENDA PÚBLICA COMO PARTE NO PROCESSO: POLOS ATIVOS E PASSIVO. PRERROGATIVAS. TUTELA PROVISÓRIA E TUTELA ESPECÍFICA. AÇÃO DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO. A FAZENDA NOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS. JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL	1148
17.1. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA	1148
17.2. DOS PRAZOS E DA INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA	1148

17.3. A CITAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA	1150
17.4. DA TUTELA PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	1150
17.4.1. TUTELA DE EVIDÊNCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	1151
17.5. A FAZENDA PÚBLICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	1151
18. AÇÃO DE USUCAPIÃO. USUCAPIÃO COMO MATÉRIA DE DEFESA	1162
19. PROCESSO COLETIVO. MICROSSISTEMA DE TUTELA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E DEMAIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO TRANSINDIVIDUAL	1162
20. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO CONSTITUCIONAL	1162
21. <i>HABEAS CORPUS</i> , <i>HABEAS DATA</i> E MANDADO DE INJUNÇÃO	1162
22. RECLAMAÇÃO	1163
23. AÇÃO POPULAR	1163
24. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO	1163
25. AÇÕES DA LEI DE LOCAÇÃO DOS IMÓVEIS URBANOS: DESPEJO, CONSIGNATÓRIA DE ALUGUEL E ACESSÓRIOS, RENOVATÓRIA E REVISIONAL. POSTULAÇÃO E DEFESA	1163
26. AÇÕES POSSESSÓRIAS E PETITÓRIAS	1163
26.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS	1163
26.2. PROCEDIMENTO ESPECIAL DAS POSSESSÓRIAS E PETITÓRIAS NAS INVASÕES COLETIVAS	1164
27. SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO DIRETO E MEDIANTE CONVERSÃO. DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL (EM VIDA E PÓSTUMA). SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAIS	1165
27.1. SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO DIRETO E MEDIANTE CONVERSÃO. UNIÃO ESTÁVEL	1165
27.2. SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAIS	1165
28. INVENTÁRIO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL. ARROLAMENTO	1165
28.1. INVENTÁRIO JUDICIAL	1165
28.2. DO ARROLAMENTO	1168
28.3. INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL	1168
29. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. ENUNCIADOS	1168
30. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA: ASPECTOS PROCESSUAIS	1178
31. PROCESSO ELETRÔNICO. 34.1. RESOLUÇÃO CNJ Nº 345/2021, Nº 372/2021 E Nº 385/2021	1180
31.1. RESOLUÇÃO CNJ Nº 345/2021	1180
31.2. RESOLUÇÃO CNJ Nº 372/2021	1181
31.3. RESOLUÇÃO CNJ Nº 385/2021	1182

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

1. ACESSO À JUSTIÇA, DEFESA TÉCNICA DOS HIPOSSUFICIENTES E REDE GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A APLICAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948) E CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 1969)	1187
2. ASPECTOS RELEVANTES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA NO BRASIL	1188
3. OS MODELOS TEÓRICOS DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA	1190
4. INTERPRETAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, E DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	1191
5. A DEFENSORIA PÚBLICA NO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE JUSTIÇA	1193
6. ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E GRATUIDADE JUDICIÁRIA	1194
7. LEI ORGÂNICA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA (LEI COMPLEMENTAR Nº 80/94, ATUALIZADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 132/09)	1195
8. LEI NACIONAL Nº 1.060/50	1198
9. LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA (LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 26/06, ATUALIZADA PELA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 33/09, LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 39/2014 E LEI COMPLEMENTAR Nº 46/2018)	1198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1209

ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO E DA HISTÓRIA DA BAHIA

1. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO, REVOLTAS INDÍGENAS E GOVERNO GERAL NA BAHIA	1213
2. TENTATIVAS DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: POVOS INDÍGENAS, AFRICANOS ESCRAVIZADOS, PORTUGUESES COLONIZADORES NA BAHIA	1214
3. MÃO-DE-OBRA E UNIDADES DE PRODUÇÃO NA BAHIA: CANA-DE-AÇÚCAR, TABACO, FARINHA DE MANDIOCA	1214
4. ESCRAVIDÃO E ESCRAVISMO NA BAHIA: TRÁFICO ATLÂNTICO E TRÁFICO INTERPROVINCIAL	1216
5. A CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798/REVOLTA DOS BÚZIOS	1217
6. AS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA NA BAHIA: O 2 DE JULHO E A REVOLTA DOS PERIQUITOS	1218
6.1. O DOIS DE JULHO	1219
6.2. A REVOLTA DOS PERIQUITOS	1220
7. O CANGAÇO NA BAHIA	1221

8. CONSTITUCIONALISMO, FEDERALISMO E REVOLTA FEDERALISTA NA BAHIA	1223
9. MALÊS, SABINADA E GREVE DE 1857 NA BAHIA, CANUDOS	1224
9.1. MALÊS	1224
9.2. SABINADA	1225
9.3. GREVE DE 1857 NA BAHIA	1226
9.4. CANUDOS	1226
10. MULHERES E AS CASAS DE CANDOMBLÉ NA BAHIA	1227

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS DA CRIANÇA DE 1959	1233
2. CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA	1234
3. CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS	1235
4. CONVENÇÃO RELATIVA À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL	1235
5. REGRAS MÍNIMAS DA ONU: PARA PROTEÇÃO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE E PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING)	1236
6. DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL	1237